

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UFMG

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

CETEP — FAFICH

MARCOS VINÍCIUS TARQUINIO

**O IDEAL DO EU É O EU IDEAL NA SOCIEDADE
INDIVIDUALIZADA**

Belo Horizonte

2015

MARCOS VINÍCIUS TARQUINIO

O IDEAL DO EU É O EU IDEAL NA SOCIEDADE INDIVIDUALIZADA

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, como requisito para a aprovação no Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas — CETEP/FAFICH.

Orientador: Prof. Verlaine Freitas

Belo Horizonte

2015

MARCOS VINÍCIUS TARQUINIO

O IDEAL DO EU É O EU IDEAL NA SOCIEDADE INDIVIDUALIZADA

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a aprovação no Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas — CETEP/FAFICH.

COMISSÃO JULGADORA:

Belo Horizonte, _____ de _____ de dois mil e quinze.

AGRADECIMENTOS:

A graça em si pode ser concreta e real, mas sua percepção — a benção — é fluida. Muitos indivíduos vivem em meio a inúmeras graças, sem que se percebam abençoados: “*Eis o pão e eis a água — mas se não há paz, não há nada*” (Sifra).

Nilton Bonder

Obrigado a Deus; à minha esposa e filha, pelo suporte e paciência; aos Professores, em especial ao meu orientador, Prof. Verlaine Freitas e aos colegas: alteridades constitutivas.

RESUMO

Este trabalho procurou estudar, à luz do referencial psicanalítico, o processo psíquico que subjaz à lógica da individualização.

Com esse objetivo, partiu do aporte sociológico de Zygmunt Bauman que estabelece a individualização como processo de omissão das contradições de ordem sistêmica, imputando-as à inadequação do indivíduo destituído dos veículos de participação política e de produção cultural públicos e coletivos, fadando-o, por isso mesmo, a travar uma luta solitária. A individualização oculta e reforça a impotência do sujeito e a desmobilização da sociedade, enfraquecendo os elos que vinculam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas.

No sentido de refletir sobre essa questão, foi suscitada a hipótese de que o ideal do eu é o eu ideal na sociedade individualizada. Em linhas gerais, indicou-se que o processo de individualização investe em estabelecer como modelo de conformação do sujeito o eu ideal e não o ideal do eu.

Para desenvolver essa hipótese, foram abordados os conceitos de eu ideal e ideal do eu, principalmente na teoria freudiana. Procurou-se deslindar as possíveis relações entre o processo de individualização e seu apelo à formação intrapsíquica primitiva firmada no ideal narcísico de onipotência urdido segundo o modelo do narcisismo infantil (eu ideal) em detrimento da identificação com outro (ideal do eu), sobretudo com os ideais fundantes e mantenedores da coletividade.

Em um segundo momento, orientado pelo referencial laplancheano, foi defendido que a psicanálise pode fornecer elementos para a desconstrução do discurso que fundamenta o processo de individualização, sustentando, antes de tudo, a importância capital da alteridade na constituição do sujeito, o que pode apontar, para além da gênese, a imprescindibilidade da dimensão do outro na condição de lastro social.

Palavras-chave: Sygmunt Bauman. Individualização. Freud. Eu ideal. Ideal do Eu. Laplanche. Alteridade. Constituição subjetiva.

ABSTRACT

This work aims to study, according to the psychoanalysis referential, the psychic process that is subordinate to the logic of individualization.

To that end, from the sociological contribution of Bauman, it's possible to establish the individualization as an omission process of systemic order of contradictions, attributing them to the inadequacy of the individual devoid of ways for political participation and public and collective cultural production, aimed to struggle a lonely fight. The hidden individualization reinforces the impotence of the subject and the demobilization of society, weakening the ties that bind the individual choices on projects and collective actions.

In order to reflect on this question, the hypothesis that the ideal self is the self ideal in the individualized society was raised. In general, it was pointed out that the individualization process invests in establish as the subject of conformation model of the ideal self and not the ideal of the self.

To develop this hypothesis, the concepts were approached in Self ideal and ideal of Self, especially in Freudian theory. Thereby, it is achievable to clarify the possible relations between the individualization process and its appeal to primitive intrapsychic formation signed in woven narcissistic ideal of omnipotence on the model of infantile narcissism (self ideal) to the detriment of identification with other (ideal self), especially with the founding ideals and maintainers of the community.

In a second step, guided by laplancheano reference, it was defended that psychoanalysis can provide elements for the deconstruction of the discourse that underlies the process of individualization, supporting, first of all, the crucial importance of otherness in the constitution of the subject, which can point in addition to the genesis of the indispensability of the other dimension of social condition ballast.

Key-words: Sigmund Bauman. Individualization. Freud. Ego Ideal. Ideal Ego. Jean Laplanche. Otherness. Subjective Constitution. .

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	EU IDEAL E IDEAL DO EU: REVISITANDO OS CONCEITOS.....	14
3	O IDEAL DO EU É O EU IDEAL NA SOCIEDADE INDIVIDUALIZADA	18
4	SAÍDA PELA ALTERIDADE: LAPLANCHE APONTA UM CAMINHO	23
5	CONCLUSÃO.....	28
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Uma estratégia de poder firmada na repressão, na limitação da liberdade de escolher e de agir só é efetiva enquanto a força coatora é maior ou mais bem estruturada do que a força de resistência. Mesmo sob o risco de promover uma historiografia rasa, ousamos dizer que, ao longo do tempo e espaço, as trocas hegemônicas basearam-se neste princípio: o da correlação de potências antagônicas. Via de regra, retirar ou diminuir o poder do opositor agregaria maior controle para si. O que dizer, contudo, quando a ordem é soltar o freio, desregulamentar, liberar, flexibilizar, e o mote discursivo é o virtual empoderamento de quem é objeto de domínio?

Em uma primeira visada, o que parece ser um total contrassenso, constitui um rearranjo sofisticado, porém perverso, de dominação. Se fôssemos traduzi-lo em um lema, seria o seguinte: dar liberdade para prender, dar poder para dominar. Mas, afinal de contas, o que foi solto, desregulamentado, liberado, flexibilizado e a quem foi, pretensamente, conferida potência? Qual seria o fundamento dessa virada estratégica?

Não há respostas óbvias a esses questionamentos. Entretanto, algumas expressões de viés mercadológico e midiático (empoderamento, meritocracia, empreendedorismo, empregabilidade, *marketing* pessoal, *self-made man*, competências e habilidades, etc.) que se tornaram quase mantras e são repisadas nos meios educacionais, nas relações de trabalho e na sociedade, como um todo, dizem muito sobre o regime discursivo que orienta, hoje, o indivíduo e a prática social, seus efeitos de saber, verdade e poder.

É justamente neste ponto que acreditamos ser possível levantar algumas respostas para as perguntas feitas anteriormente. A ênfase no indivíduo, em seus predicados e história de vida, a omissão intencional das condições sistêmicas, estruturais e conjunturais que o condicionam e dos laços sociais que o medeiam tiram de pauta o âmbito em que se presume que a ação política esteja situada. Estratégica e sub-repticiamente, são repercutidas as “técnicas que permitem que o sistema e os agentes livres se mantenham radicalmente desengajados e que se desencontrem em vez de encontra-se” (BAUMAN 2001, p. 12).

O que são desfeitos, senão os laços sociais, a dimensão da alteridade e as responsabilidades sistêmico-institucionais? A quem é supostamente conferido poder, a não ser ao indivíduo? Finalmente, de que se trata a nova virada estratégica, senão da desarticulação, desmobilização, do desengajamento e do desencontro? A esse respeito, Bauman é bastante

elucidativo ao falar do “derretimento dos sólidos” como marca distintiva e invariável da modernidade:

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas — os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro. (BAUMAN, 2001, p. 12).

Por essa via, o que é de ordem sistêmica, as instituições, por exemplo, são eximidas de qualquer responsabilidade, enquanto esta é imputada à inadequação do indivíduo que, por seu turno, não conta com aportes para empreender sozinho uma luta cujos veículos de participação política e de produção cultural públicos e coletivos lhe são negados. Como resultado, nos deparamos com um quadro de apatia política, com a privatização do espaço público e a obliteração dos laços sociais, conforme nos aponta Bauman:

Os poderes que liquefazem passaram do “sistema” para a “sociedade”, da “política” para as “políticas da vida” — ou desceram do nível “macro” para o nível “micro” do convívio social.

A nossa é, como resultado, uma versão individualizada e privatizada da modernidade, e o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos. Chegou a vez da liquefação dos padrões de dependência e interação. (BAUMAN, 2001, p. 14).

O discurso do indivíduo investido de toda liberdade e poder, entretanto, não passa de uma dobra ideológica, levando em conta seus efeitos de, ao mesmo tempo, ocultar e reforçar a impotência do sujeito e a desmobilização da sociedade, enfraquecendo os elos que intrinsecam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas. Essa potência presumida é meramente retórica, nominal, irreal. Bauman (2008) não nos fala de um indivíduo potente, mas, sim, de um processo de individualização como substância de uma nova lógica estratégica de poder firmada na alienação das condições sob as quais os humanos constroem sua existência

individual, removendo-se, também, o âmbito de suas escolhas para além de sua influência consciente.

As referências a essas escolhas são banidas para a obscuridade das histórias que os indivíduos contam de sua própria vida, no esforço de criar ou deslindar a lógica que rege seus limites e reconfigurá-los, traduzindo-os em sinais de comunicação interpessoal. Em síntese, o processo de individualização avança em dois *fronts*: no estabelecimento e alienação das condições de existência e na remissão do âmbito das escolhas para as narrativas de vida cujas opções já se encontram delimitadas.

A dinâmica reprodutiva desta lógica reside na pressuposição de que as condições de existência já foram dadas *a priori* e, por isso mesmo, condicionam as escolhas das pessoas, eximindo-as “do jogo de meios e fins das ações da vida, com o pretexto de sua declarada e aceita imunidade diante das escolhas humanas” (BAUMAN 2008, p. 14).

Consoante a Bauman (2008), nada disso é instaurado pela instrumentalidade das antigas vias ideológicas — polarizadas no combate direto entre o “dominante” e o “dominado” —, consubstanciado em instituições estruturalmente pesadas e em uma normatividade rígida e rápida. Ao contrário, o processo de individualização se dá pela precariedade como nova garantia de submissão, que “abandonou as pessoas aos seus próprios recursos, lamentavelmente inadequados quando se trata de ‘controlar’ sua condição atual, um controle forte o bastante para encorajar pensamentos para mudar o futuro” (BAUMAN 2008, p. 20).

Tanto a noção de que as condições de existência já foram dadas previamente quanto a de precariedade, que atravessa os indivíduos pela incerteza e o desamparo, firmam-se na lógica discursiva que anuncia, dentre outras coisas, o suposto fim das grandes temáticas norteadoras; o binômio mercado e democracia liberal enquanto pretensa culminância histórica; a prevalência da *Realpolitik* sobre os ideários políticos, como também a oferta ampla e difusa de referenciais das mais diversas ordens, afinal de contas, “a infelicidade dos consumidores deriva do excesso e não da falta de escolha” (BAUMAN, 2001, p. 75). Neste último caso, há similitude com o que nos fala Bauman, ao referir-se à:

[...] assombrosa inventividade das culturas cujo “negócio principal” é fornecer variantes de estratégias de transcendência sempre novas, não testadas e não desacreditadas, além de ressuscitar, mais uma vez, a confiança

na busca em andamento, apesar da forma com que os exploradores seguem de um desapontamento para uma frustração (BAUMAN, 2001, p. 10 — 11).

Em razão de todo este contexto, Bauman levanta algumas questões que refletem sua preocupação sociológica, a saber:

Por que nós, estimulados a agir pelos desconfortos e riscos endêmicos do modo como vivemos, mudamos nossa atenção com muita frequência e concentramos nossos esforços nos objetos e objetivos que não possuem relação de causa com as fontes genuínas desses desconfortos e riscos? Como acontece de a energia gerada pelas ansiedades da vida continuar sendo desviada de seus alvos “racionais” e ser usada para proteger, em vez de remover, as causas do problema? Quais são as razões pelas quais as histórias que contamos hoje e que tão raramente queremos ouvir, se é que queremos, vão além do estreito e esmeradamente cercado recinto do privado e do “ser subjetivo”? (BAUMAN, 2008, p. 21)

Apresentar tais questões é plenamente justificável, já que servirão como norte para a problemática a ser discutida neste trabalho. Advertimos, contudo, que será promovida uma abordagem reflexiva, sem a mínima pretensão de responder peremptoriamente as referidas questões. É indispensável dizer, neste propósito, que não nos fundamentaremos estritamente no referencial da sociologia, uma vez que Bauman já o fez com a devida competência, mas também da psicanálise. Não se trata de tentar defender qualquer relação necessária entre ambos, no sentido de confirmar mutuamente seus postulados, tampouco fazer uma transposição multidisciplinar de seus conteúdos.

Não há como negar os processos inextricáveis de reprodução e influência recíproca: indivíduo-sociedade/sociedade-indivíduo. De igual modo, seria, no mínimo, omissivo desconhecer as implicações dos processos psicológicos na constituição, manutenção e transformação do indivíduo e da sociedade, do indivíduo na sociedade e da sociedade formada por indivíduos relacionados entre si — cremos ser necessário marcar exaustivamente esse desdobramento para evitar qualquer tentação solipsista ou reducionismo social. Continuando, vale ressaltar a estreita relação entre psicologia individual e social, em acordo com o que nos diz Freud:

É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar

satisfação para seus ímpetos pulsionais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida psíquica do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (FREUD, 1921, p. 81)

No cerne do processo de individualização encontra-se um paradoxo: a virtual potencialização pela retirada de poder. Já vimos, sob o prisma sociológico, como esse processo se dá na condição de uma dobra ideológica cujos efeitos ocultam e reforçam concomitantemente a impotência do sujeito e a desmobilização da sociedade, enfraquecendo a ambos — sujeito e sociedade — pela não articulação das escolhas individuais em projetos e ações coletivas.

Agora, entramos propriamente nas questões que orientam este trabalho, a saber: sob o referencial psicanalítico, a qual processo psíquico apela a lógica paradoxal da individualização, tal como descrita por Bauman? O que pode propor a psicanálise no sentido de desconstruir o discurso individualizante?

Com o intuito de refletir sobre a primeira questão, levantamos a hipótese de que o ideal do eu é o eu ideal na sociedade individualizada. Explicando em linhas gerais, nossa aposta é de que o processo de individualização investe em estabelecer como modelo de conformação do sujeito o eu ideal e não o ideal do eu. Daí a importância ideológica e os efeitos de saber, verdade e poder da noção de indivíduo superpotente e de se prescindir dos laços sociais, da dimensão da alteridade e das responsabilidades sistêmico-institucionais.

Para desenvolver esta hipótese, abordaremos os conceitos de eu ideal e ideal do eu, principalmente em Freud, já que foi ele quem lançou suas bases. Nessa esteira, tentaremos deslindar as possíveis relações entre o processo de individualização e seu apelo à formação intrapsíquica primitiva firmada no ideal narcísico de onipotência urdido segundo o modelo do narcisismo infantil (eu ideal) em detrimento da identificação com outro (ideal do eu), sobretudo com os ideais fundantes e mantenedores da coletividade.

Quanto à segunda questão, é crucial o entendimento de que, sob o viés sociológico, o processo de individualização, como estratégia discursiva, afirma o indivíduo pela obliteração do papel do outro, no sentido de desarticular os laços sociais, e consubstancia-se

objetivamente em negar a esse indivíduo os veículos de participação política e de produção cultural públicos e coletivos.

Nosso entendimento, neste caso, é que uma mirada psicanalítica sobre tal processo, não como teoria política, mas com notáveis efeitos políticos, poderá fornecer elementos para desconstruir o discurso da individualização, sustentando, antes de tudo, a importância capital da alteridade na constituição do sujeito, o que pode apontar, para além da gênese, a imprescindibilidade da dimensão do outro na condição de lastro social.

Dessa forma, pensamos ser imprescindível analisar o processo de constituição subjetiva à luz do referencial psicanalítico laplancheano, notadamente por sua ênfase na importância de um fundamento intersubjetivo radical na constituição do sujeito.

2 EU IDEAL E IDEAL DO EU: REVISITANDO OS CONCEITOS

A terminologia eu ideal e ideal do eu foi concebida por Freud e, em um primeiro olhar, parece ter sido empregada indistintamente. Não obstante a impressão inicial, na obra “Sobre o Narcisismo: Uma Introdução” (1914), que inaugura tais conceitos, as diferenças entre as duas acepções ficaram patentes de imediato.

Para que os matizes entre os dois termos fiquem mais claros, antes de tudo, é crucial situarmos os conceitos de eu ideal e ideal do eu em relação ao narcisismo e, tão logo, delimitarmos aquilo que há de central nessas concepções. Convém, de igual modo, apontarmos, mesmo superficialmente, um paradoxo respeitante à compreensão do construto “narcisismo primário” no referencial freudiano.

Ao considerarmos o eu ideal como um ideal narcísico de onipotência urdido segundo o modelo do narcisismo infantil (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001), seria compulsório, consoante a Freud (1913), localizá-lo no narcisismo primário, estado no qual a criança acredita no poder absoluto dos seus pensamentos e toma a si mesma como objeto de amor anteriormente à escolha de objetos externos.

Entretanto, Laplanche e Pontalis (2001) indicam que em diversas fontes teóricas, notadamente em Freud, a noção de narcisismo primário apresenta algumas variações. Conforme os autores citados, levando em conta a produção freudiana de 1910-15, essa etapa é posicionada no intervalo entre o autoerotismo primitivo e amor de objeto, depreendendo sua coetaneidade ao surgimento de um eu.

Mais adiante, por volta de 1920, com a elaboração da segunda tópica, Freud estabelece o narcisismo primário como um estado radicalmente “anobjetal”, ou, quando menos, indistinto, no qual não há cisão entre um sujeito e um mundo externo e anterior à constituição do eu, suprimindo a discriminação entre autoerotismo e narcisismo.

Ora, não tendo sido constituído o eu e não havendo qualquer clivagem com o mundo exterior, o que é investido no narcisismo primário, e como falar de uma idealidade do eu antes mesmo de sua constituição?

Continuando no rastro da crítica feita por Laplanche e Pontalis (2001) há também, na guinada freudiana, a indicação de um erro terminológico, já que, etimologicamente, a expressão narcisismo remete a uma relação especular com referência a uma imagem de si mesmo, e mais: a noção de um narcisismo primário anobjetal implica desconsiderar qualquer

relação de objeto no início da vida extrauterina do lactente, o que não pode ser peremptoriamente comprovado no campo fatural.

Pelas considerações apresentadas e para os efeitos objetivados neste trabalho, adotamos a definição Laplancheana no sentido de designar por narcisismo primário:

uma fase precoce ou momentos básicos, que se caracterizam pelo aparecimento simultâneo de um primeiro esboço do eu e pelo seu investimento pela libido, o que não implica que este primeiro narcisismo seja o primeiro estado do ser humano, nem que, do ponto de vista econômico, esta predominância do amor de si mesmo exclua qualquer investimento objetal. (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 291)

Em consonância com tal perspectiva, podemos dizer que o eu ideal é uma formação intrapsíquica situada no momento do narcisismo primário, no qual predomina o amor de si mesmo, não havendo, contudo, como excluir, já nesse tempo, qualquer investimento nos objetos. É relevante, então, mencionar a existência de teses que apresentam a importância do outro na constituição do eu ideal, dentre as quais cito a lagacheana e a lacanianiana.

Conforme Lagache (1958 citado por LAPLANCHE e PONTALIS, 2001) — refutando o argumento de Nunberg que definiu o eu ideal como a união do eu com o isso —, o eu ideal configurado segundo um ideal narcísico de onipotência compreende, antes, uma identificação primária com outro ser, investido de onipotência, ou seja, com a mãe. Para Lacan, o eu ideal, formação essencialmente narcísica, origina-se na fase do espelho e pertence à ordem do imaginário. Vale lembrar que nessa fase “o eu se define por uma identificação com a imagem de outrem” e o narcisismo — mesmo primário — não se caracteriza como “[...] um estado do qual estaria ausente toda e qualquer relação intersubjetiva, mas a interiorização de uma relação” (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 288).

De qualquer forma, ainda que marcadas algumas das diversas nuances referentes ao conceito de eu ideal, existe um núcleo comum que o define na teoria psicanalítica: o investimento libidinal do sujeito em si mesmo, sua formação inconsciente e seu caráter de ideal narcísico de onipotência.

Há mais dois aspectos capitais referentes a esta discussão que merecem ser destacados. O primeiro diz respeito à formação do eu ideal que, consoante a Lagache (1958 citado por LAPLANCHE E PONTALIS, 2001), implica a negação do outro que está em correlação com a afirmação de si mesmo. O segundo, baseado em Freud, é a assertiva de que

no processo de idealização o sujeito busca reconquistar o chamado estado de onipotência do narcisismo perdido de sua infância “na qual ele era o seu próprio ideal” (FREUD, 1914, p. 101).

Por mais que possa soar redundante, é necessário dizer que no ideal do eu a questão da idealidade continua em jogo, mas, desta vez, como modelo de referência do eu suplente do narcisismo perdido na infância e como fruto de um processo identificatório com as figuras parentais, seus substitutos sociais e com os ideais coletivos.

É interessante notar que a constituição do ideal do eu se dá, ao mesmo tempo, pela incapacidade de renúncia e pela renúncia de uma satisfação já desfrutada. Explicando: instado pelas injunções de outrem e por seu próprio julgamento crítico, o sujeito figura como incapaz de abrir mão da onipotência e do delírio de grandeza, característicos do narcisismo infantil; no afã de recuperá-los, ele erige uma nova idealidade firmada, justamente, no afastamento do narcisismo primário e na tentativa de se aproximar dos modelos parentais e seus ideais. Acorrendo a Freud:

O desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do eu imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal. (FREUD, 1914, p. 106)

A renúncia em questão, de acordo com Roudinesco e Plon (1998), dá-se em virtude da submissão às proibições emanadas das figuras parentais cuja instalação como modelo se deu no começo do declínio da estrutura edipiana. Tal renúncia está situada, assim, na ordem do recalque, como lembra Freud (1914): para o eu, a formação de um ideal seria a condição do recalque.

No sentido de uma compreensão mais global do conceito de ideal do eu, vale emprendermos uma retomada do seu desenvolvimento na obra freudiana. O que passamos a fazer em linhas gerais.

O fato é que ocorreram, ao logo do tempo, algumas mudanças relativas ao que Freud entendia por ideal do eu. Nas *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, 1917, por exemplo, o ideal do eu foi convertido em uma instância que permitia ao eu avaliar suas relações com seu ideal. Passou a ser entendido, também, como censor dos sonhos.

Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), Freud confere proeminência ao ideal do eu como instância egoica “capaz de isolar-se do resto daquele eu e entrar em conflito com ele” (FREUD, 1921, p. 119). Nesta obra, foram atribuídas as seguintes funções ao ideal do eu: a auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência no recalque. É importante destacar, ainda dentro da obra considerada, o fato de Freud afirmar que é no lugar do ideal do eu que o sujeito coloca o objeto de sua fascinação amorosa, assim como o hipnotizador ou o líder, o que faz do ideal do eu o suporte axial da formação fenomênica do coletivo (ROUDINESCO e PLON, 1998).

Dois anos depois, em *O eu e o isso*, o ideal do eu é considerado sinônimo de supereu — haja vista o título do terceiro capítulo da obra em questão: “O eu e o supereu (ideal do eu)” —, formando uma só instância (de interdição e de ideal), constituída a partir da identificação parental convergente ao declínio da estrutura edípica.

Por fim, em *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, 1932, o supereu encampou todas as funções atribuídas anteriormente ao ideal do eu, a saber: auto-observação, consciência moral e função ideal. Apesar disso, o ideal do eu parece ainda se distinguir na relação com o supereu, seja como instância, subestrutura ou função — variando conforme o autor referenciado —, sobretudo no que diz respeito aos aspectos ideativo e interditivo. Conforme Lagache¹ (citado por LAPLANCE e PONTALIS, 2001), apenas para mencionar um desses autores, o supereu corresponde à autoridade e o ideal do eu à forma como o sujeito deve comportar-se para corresponder à expectativa da autoridade.

Assim como afirmado relativamente à discussão sobre o eu ideal, há uma gama considerável de manejos teóricos no que tange ao conceito de ideal do eu na literatura psicanalítica, sem levar em conta as variações da ideia no interior do próprio referencial freudiano. Entretanto, existe um centro gravitacional convergente que permite a delimitação conceitual básica de ideal do eu segundo as seguintes propriedades: o deslocamento da libido em direção a um ideal do eu imposto de fora; seu caráter de substituto do narcisismo perdido da infância e de produto da identificação com as figuras parentais, seus substitutos sociais e com os ideais coletivos e sua condição de modelo a que o sujeito procura conformar-se.

¹ LAGACHE (D). La psychanalyse et la structure de la personnalité, in *La psychanalyse*, Paris, P. U. F., VI, 39.

3 O IDEAL DO EU É O EU IDEAL NA SOCIEDADE INDIVIDUALIZADA

Retomemos, agora, a ideia de individualização relacionando-a aos conceitos de eu ideal e ideal do eu, no sentido de tentarmos responder ao questionamento inicial apresentado na introdução deste trabalho, a saber: a qual processo psíquico apela a lógica paradoxal da individualização, tal como descrita por Bauman?

VINHETA

Imaginemos, então, dois quadros distintos. No primeiro, encontramos um homem com baixa escolaridade, sem qualquer expertise valorizada pelo mercado e desempregado. No segundo, temos alguém bem sucedido, com um *MBA* feito no exterior, ocupando uma posição de *CEO* em uma transnacional de peso.

Se fosse pedida à sociedade individualizada uma primeira apreciação sobre os supostos motivos pelos quais essas histórias de vida são tão distintas, as seguintes opiniões não causariam qualquer estranhamento: parece óbvio que o primeiro homem não se dedicou o necessário aos estudos e, com certeza, mostrou-se um trabalhador indolente, fazendo só o que lhe mandavam.

Provavelmente, nunca foi assertivo ou proativo, por isso mesmo, não deve dominar qualquer competência e habilidade demandada pelo mercado. Não encontra trabalho por apresentar baixíssima empregabilidade e, sem dúvida, falta-lhe espírito empreendedor. Um inadequado! Diriam.

Algo diametralmente oposto seria manifesto em relação ao outro personagem: decerto, foi um estudante exemplar e investiu pesadamente em processos de educação continuada. Pelo jeito, mostrou grande capacidade em sua vida acadêmica, o que o levou a ocupar, por mérito, e já de início, um lugar proeminente na empresa em que trabalha. Seguramente, ascendeu ao mais alto posto da carreira em razão da inegável capacidade de liderança, iniciativa e domínio das mais atuais técnicas de gestão e *marketing*. Um *self-made man*! Afirmariam.

Não queremos sugerir que as características e as capacidades individuais não sejam variáveis importantes nos históricos de pessoas bem ou malsucedidas. Tampouco defender que toda mazela individual é consequência de problemas estruturais da sociedade, do mercado ou do Estado. Referimo-nos, sim, à naturalização de uma lógica discursiva individualizante que omite de forma recorrente as contradições sistêmicas e afirma o indivíduo como o único responsável por tais incongruências. Nas palavras de Bauman:

Para a maioria de nós — como Ulrich Beck observou em *Risikogesellschaft* (Sociedade de risco) —, a individualização se refere aos “especialistas lançando suas contradições e conflitos aos pés do indivíduo e deixando para ele ou ela o bem-intencionado convite para julgar tudo isso criticamente baseado nas próprias noções dele ou dela”. Como resultado, a maioria de nós

é compelida a buscar “soluções biográficas para contradições sistêmicas” (BAUMAN, 2008, p. 137 — 138).

Se retornarmos aos dois personagens mostrados na vinheta do início deste capítulo e à sociedade que os qualificou, ou desqualificou, será perceptível que os três aceitam naturalmente a lógica da individualização. O homem desempregado dirá sobre si mesmo: eu sou o único responsável por estar nessa situação; o *CEO*, por sua vez, assumirá o argumento da meritocracia como justificador do seu sucesso e a sociedade produzirá e reproduzirá suas avaliações a partir da perspectiva das narrativas individuais das histórias de vida, sem qualquer remissão às condições sistêmicas que condicionam essas histórias. Tudo isso de forma cada vez mais naturalizada.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, seria possível afirmarmos a individualização como uma “formação discursiva” constituída por certo número de enunciados rigorosamente difundidos, versando de forma regular sobre os objetos, os conceitos e as temáticas individuais e sociais, produzindo um *modus vivendi* peculiar, “[...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos” (FOUCAULT, 2013, p. 60).

Circulam pela sociedade individualizada proposições da seguinte ordem: o indivíduo tem liberdade e poder, e, por conseguinte, a responsabilidade por suas mazelas não pode ser atribuída à sociedade, a remissão e o infortúnio são produzidos pelo indivíduo e unicamente por ele — “o resultado do que o agente livre faz livremente da sua vida” (BAUMAN, 2001, p. 76); a flexibilização e a desregulamentação permitem maior fluidez às relações entre os agentes racionais que buscam a realização dos seus interesses de forma individual, o que acaba gerando, conseqüentemente, o melhor para a sociedade; os problemas são de ordem privada, assim como os meios de luta para resolvê-los; o espaço público é a arena onde se encenam os dramas privados e não um campo de mobilização coletiva para a realização de interesses comuns; o outro é um meio para a consecução dos meus objetivos; o bem-estar individual é o crivo de qualidade da ação.

A lógica da individualização orienta as questões mais capitais da nossa sociedade, por exemplo: a crise de representatividade política, segundo a qual os mandatários desconectam-se dos interesses públicos que os elegeram, administrando e legislando em causa própria; a desmobilização da coletividade na luta política por seus direitos; os argumentos que propugnam a redução da maioria penal, imputando aos menores uma capacidade de

discernimento e uma responsabilidade para além da estrutura e da conjuntura que as circunscrevem; as questões de gênero, nas quais a responsabilidade pelo estupro sofrido é da mulher e o travesti é imputado por sua morte violenta; o tema étnico-racial, marcado ideologicamente pela ideia do negro e do índio como inferiores, naturalmente incapazes e indolentes, desconsiderando a exploração histórica de seus corpos e almas; a intolerância religiosa que impõe os preceitos de um deus particular para toda uma sociedade pretensamente infiel e, emblematicamente, os *realities shows*, pelos quais uma nação inteira esquece seus problemas para se alienar em questões de âmbito particular, em uma “[...] redefinição da esfera pública como um palco em que os dramas privados são encenados, publicamente expostos e publicamente assistidos” (BAUMAN, 2008, p. 83); dentre inúmeras outras questões.

Feitas essas considerações, retornamos aos questionamentos levantados por Bauman, afirmando, contudo, a possibilidade de uma visada psicanalítica sobre o processo de individualização. Voltemos às suas perguntas, portanto: qual a razão de nosso foco se desvirtuar para objetivos e objetos que não possuem nexos de causalidade com as fontes originais dos nossos desconfortos e riscos? Como acontece de usarmos de forma desviante nossa energia gerada pelas ansiedades da vida, apartando-a dos seus alvos racionais, no sentido de proteger as causas do problema, em vez de removê-las? O que nos circunscreve à esfera do privado e do “ser subjetivo”?

O próprio Bauman indica um viés de resposta quando afirma que no processo de individualização “[...] as condições sob as quais os humanos constroem sua existência individual e que decidem o alcance e as consequências de suas escolhas se retiram (ou são removidas) para além dos limites de sua influência consciente [...]” (BAUMAN, 2008, p. 13).

É provável que o autor, ao usar a expressão “para além de sua influência consciente”, esteja falando da ausência de uma percepção objetiva de determinada realidade social ou sociológica, o que não nos autoriza, de forma necessária, depreender que ele admite uma marca do inconsciente — na acepção psicanalítica do termo — no processo de individualização. Contudo, é exatamente essa a hipótese levantada neste estudo, qual seja: o discurso individualizante é efetivo em virtude do seu apelo à formação intrapsíquica primitiva firmada no ideal narcísico de onipotência urdido segundo o modelo do narcisismo infantil (eu ideal) em detrimento do ideal assentado na identificação com outro (ideal do eu), sobretudo com os ideais fundantes e mantenedores da coletividade.

À luz do referencial baumaniano, sabe-se que o discurso da individualização é difundido por vias mais assépticas, sofisticadas, fluidas e econômicas, prescindindo das estruturas pesadas e das regras rígidas como formas de controle direto sobre os sujeitos. O que seria, portanto, mais sutil e efetivo do que avocar conteúdos inconscientes para obter os efeitos desejados de uma formação discursiva? Esclarecendo, de antemão, que não nos referimos a um inconsciente coletivo à forma de Jung — inato e universal —, mas a um processo e instância metapsicológicos.

O discurso individualizante é, essencialmente, um enunciado de idealização — assim como são idealizadas as formações intrapsíquicas do eu ideal e do ideal do eu —, já que pressupõe um sujeito investido de plena potência, liberdade, e autossuficiência. A formação discursiva da individualização alinha-se ao eu ideal, ou seja, firma-se tanto no ideal narcísico de onipotência quanto na negação do outro, correlata à afirmação de si mesmo, e afasta-se do ideal do eu, por denegar a identificação com o outro, sobretudo com os ideais fundantes e mantenedores da coletividade, levando em conta que, “além do seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social; constitui-se também o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação” (FREUD, 1914, p. 108).

Mijolla-Mellor (2005) afirma que o ideal narcísico infantil de onipotência sobrevive nostalgicamente no eu ideal. Apostando nessa nostalgia, o processo de individualização investe, de certo modo, em uma reversão do desenvolvimento do eu, ou seja, no seu afastamento do ideal do eu, desinvestindo-o libidinalmente, e na reaproximação ao eu ideal cuja satisfação se dá pela fantasia e o devaneio do indivíduo onipotente e, afinal, livre do outro.

É claro que não afirmamos, com isto, que há uma instância ou agência ideológica cuja estratégia de poder consista, intencionalmente, no retorno ou no estabelecimento do eu ideal como modelo de conformação dos sujeitos. Defendemos, sim, que a formação discursiva da individualização, firmada na pretensão de plenos poderes e autossuficiência do indivíduo, encontra ressonância em uma instância inconsciente, endopsíquica definida pelo ideal de onipotência e a negação do outro, instância essa, que o sujeito busca reaver nostálgica e recorrentemente. Importa esclarecermos que nossa intenção não é solapar a metapsicologia freudiana e sugerimos, literalmente, que o “ideal do eu é o eu ideal” em nossa sociedade. Trata-se, tão somente, de uma forma metafórica, analógica, de expressar. Como já dito anteriormente, no processo de desenvolvimento do eu, o ideal do eu substitui o eu ideal, isso implica em um afastamento do narcisismo primário e enseja uma vigorosa tentativa de

recuperação desse estado. Entram em jogo a economia e a dinâmica da energia libidinal, que pode se deslocar em direção a um ideal do eu, marcado pela identificação como o outro, ou refluir para o eu ideal em que o investimento libidinal do sujeito é em si mesmo.

Seria a individualização um processo psicopatogênico? É uma pergunta a ser respondida em uma próxima oportunidade, entretanto, não é difícil suspeitar que a lógica individualizante contribua significativamente para os sentimentos de solidão, isolamento, abandono, inadequação e, paradoxalmente, de impotência que atravessam, hoje, os sujeitos, adoecendo-os, por certo.

4 SAÍDA PELA ALTERIDADE: LAPLANCHE APONTA UM CAMINHO

Sem pretender politizar a psicanálise, é defensável a ideia de que há vias político-ideológicas orientadoras, tanto no que diz respeito aos seus construtos teóricos quanto às possibilidades de orientação do referencial psicanalítico para posicionamentos éticos e políticos individuais e o estabelecimento de práticas sociais, em sentido amplo.

Isso não é diferente no que diz respeito ao processo de individualização. Se, conforme suscitado no capítulo anterior, há um investimento no retorno a um ideal narcísico de onipotência e na negação do outro como forma de potencializar e naturalizar a lógica discursiva individualizante, é viável, por meio da psicanálise, lançar bases para a desconstrução dessa lógica pela afirmação da importância da alteridade na vida psíquica dos sujeitos, em especial na sua constituição.

Antes de tudo, porém, importa dizer que a temática relativa à constituição do sujeito ocupa um lugar central na teoria e na prática psicanalítica, em quaisquer de suas vertentes. Não fosse assim, seria dispensável todo o esforço aplicado na elaboração de um conjunto de modelos conceituais — nomeado primeiramente por Freud como metapsicologia — na tentativa de descrever os processos de constituição e funcionamento psíquico, suas relações, sobredeterminações e possíveis resultantes, tanto na estrutura patológica quanto na supostamente sadia, uma vez que, conforme Freud, a estrutura psíquica patológica e normal é a mesma, diferindo-se os graus e as formas *sui generis* de arranjo das forças, mecanismos e processos que redundam tanto nos sintomas neuróticos quanto nas configurações tidas como normais.

Mesmo recusando, de pronto, toda forma de reducionismo psicologizante, para que seja válida essa afirmativa, é necessário pressupor, ao menos sob o referencial psicanalítico, que o processo de constituição psíquica é inextricável ao da emergência da sexualidade e compreende o da fundação do sujeito.

O marco teórico laplancheano, em especial, dá ênfase ao papel que a alteridade ocupa como fonte de excitação que faz irromper “um plano propriamente sexual no biológico infantil” (LAPLANCHE, 1997, p. 07), indissociável ao processo de constituição psíquica, logo, da subjetividade. A partir de Laplanche, portanto, pode-se inferir a concepção de sexualidade como modelo para entender a subjetividade humana, como aponta Mezan:

A partir de *Novos fundamentos para a psicanálise* (1987), Laplanche começou a construir uma perspectiva própria, não mais para a história da psicanálise, mas para a doutrina propriamente dita: a teoria da “sedução generalizada”. (...) é bem possível que ela se revele uma variante francesa da “teoria das relações de objeto”. Por enquanto, ao menos, essa impressão se fundamenta no papel central conferido por Laplanche ao “outro”, ao adulto, como fonte de excitação que desencadeia o processo da constituição psíquica, e portanto da constituição do sujeito. (MEZAN, 2014, p. 47).

Vale dizer que a análise laplancheana orienta-se no sentido de rejeitar a interpretação puramente endógena da emergência da sexualidade, bem como afirma um fundamento intersubjetivo radical na constituição do sujeito. Daí a crítica ao chamado “desvio biologizante”, isto é, ao caráter biológico e funcional conferido por Freud à pulsão. Laplanche (1997) questiona o próprio entendimento de pulsão como um impulso natural cuja fonte é somática, expresso no psiquismo sob a configuração de representantes, possibilitando a articulação entre as dimensões biológica e simbólica, segundo Campos:

Sua intenção é criticar o desvio biologizante em Freud e sua tendência a afirmar uma constituição autóctone do sujeito. Seu caminho será ressaltar o papel da intersubjetividade na constituição do circuito pulsional e da dimensão de desejo própria do humano. Para tanto, irá seguir a trilha das origens da sexualidade até o exame do tempo hipoteticamente autônomo na gênese do sujeito: o autoerotismo como um estágio natural e anobjetal da libido, que se confundiria com o narcisismo primário no final da obra freudiana.

Esse caminho levará a proposta de isolar a dimensão simbólica, intersubjetiva e indeterminada nos impulsos humanos de sua dimensão propriamente biológica, autóctone e determinada. (CAMPOS, 2012, p. 27).

É em relação às representações que Laplanche (1988) aduz sua principal crítica quanto à teoria biológica de Freud. Esta última, conforme a avaliação laplancheana, considera as representações como epifenômeno, sem eficácia inerente, servindo apenas como ancoradouro, como lugar de investimento de uma energia indiferenciada e movediça. A pressuposição inatista e biologizante da fonte pulsional relega as fantasias à condição de erupções, trasladações psíquicas de uma evolução endógena.

Laplanche parte do modelo da sedução e do recalçamento originários para explicar as origens da pulsão. Neste sentido, aponta, liminarmente, não só uma precedência dos estímulos endógenos somáticos — que subentendem um organismo voltado à homeostase e à autoconservação —, mas, também, a precessão de um mundo cultural adulto que imerge, de pronto, a criança num processo de endoculturação. Isto implica uma abertura imediata ao

mundo, um descerramento perceptivo e motor do organismo sobre o seu ambiente. Recorrendo às palavras do próprio autor:

Em 1970, *Vida e morte na psicanálise* desenvolvia a noção de que a sexualidade se apoiava sobre as funções de autoconservação. Já presente nessa época, a sedução assumiria, na sequência do meu pensamento, uma posição cada vez mais central. Depois dos *Novos fundamentos para a psicanálise* (1987), tive que percorrer, com Freud, aquilo que eu chamo de seu “desvio biologizante”. A partir do abandono, por Freud, da teoria da sedução, o retorno a uma concepção puramente endógena da sexualidade era inevitável; o instinto enraizado na filogênese, embora descartado inicialmente, não deixaria de obsedar o pensamento freudiano (LAPLANCHE, 1997, p. 07).

Laplanche estabelece, portanto, a sedução como dado, teoria e fenômeno estrutural. Ao recobrar o sentido da sedução fundamental originária suscitado por Freud, ele enfatiza a generalidade da sedução ligada, sobretudo, aos cuidados maternos como um dos elementos constitutivos das bases sobre as quais se produz e constitui os primeiros objetos-fontes, objetos interiorizados, ou de forma antecedente, introjetados.

Chego à sedução originária sobre a qual talvez tenha me feito entender mal. A “generalização” que opero das seduções — infantil e precoce — freudianas à originária não é uma passagem a um primeiro tempo, numa regressão temporal e na dimensão de um “apres-coup”: é uma passagem ao essencial à “efetividade” em relação às seduções que apenas descrevem o ocorrido (infantil) ou situacionais (precoce). A sedução originária quer dizer que é a presença de um maior sentido, mas de um “maior sentido” escondido, ignorado, que é o próprio mecanismo de toda sedução quer esta seja precoce, infantil, adulta, etc. O estupro de uma criança por seu pai, as carícias eróticas de uma mãe só são sedutoras porque veiculam o enigma do desejo inconsciente do adulto (LAPLANCHE, 1988, p.123).

Nesse sentido, Laplanche (1998) defende que o organismo nascente é confrontado a um mundo adulto pleno de significado e comunicação, transvasando as capacidades de metabolização da criança. A afluência dessas mensagens (verbais, gestos, mímicas) possui função de significante. Estes significantes originários, traumáticos, chamados na teoria laplancheana de “significantes enigmáticos”, estão instilados de significados inconscientes e sexuais cujo código sequer o próprio adulto conhece. O fato é que a criança não é dotada de respostas fisiológicas ou emocionais que correspondam às mensagens sexualizadas que lhe são infligidas.

Os gestos intrusivos do adulto portam mensagens sexuais inconscientes (significantes enigmáticos) para ele e incontroláveis para a criança. Em um primeiro tempo, passivo, a implantação e a primeira inscrição desses significantes enigmáticos não estão ainda recalçadas, possuem, segundo Freud, uma constituição de sexual/pré-sexual. Já num segundo momento, esses significantes são reatualizados e reativados, tornando-se necessário, então, que a criança tente ligá-los.

As teorias sexuais infantis constituem, justamente, a tentativa de ligar para simbolizar os significantes perigosos e traumatizantes. O fracasso parcial dessa simbolização ou teorização leva ao recalçamento de um resto incontrolável — o recalque originário, que está na origem das primeiras formações inconscientes —, sem a possibilidade de circunscrição. Essas representações de coisa tornam-se representações-coisa que, naquilo que se denomina “isso”, assumem um caráter isolado, fora de comunicação e significância. Nas palavras de Laplanche:

Essas mensagens enigmáticas suscitam um trabalho de domínio e de simbolização difícil, para não dizer impossível, que necessariamente deixa para trás restos inconscientes, *fueros*², dizia Freud, a que chamamos “objetos-fontes” da pulsão. (LAPLANCHE, 1992, p. 138).

Há, portanto, uma estimulação constante, desde o interior do psiquismo, pelas representações-coisa recalçadas, designadas como objetos-fontes de pulsão, essa estimulação impacta o indivíduo e o eu. Os objetos-fontes recalçados agem sobre o corpo através do eu, as zonas erógenas tornam-se os lugares de precipitação e de organização das fantasias.

A teoria laplancheana é complexa e profunda, não havendo como detalhá-la neste trabalho. Sendo assim, foram apresentadas, em superfície, algumas de suas concepções basilares formuladas a partir de uma perspectiva revisionista (teórica e metodológica) dos fundamentos da psicanálise, sobretudo do referencial freudiano. O objetivo principal ao retomar a ótica de Laplanche sobre a sedução generalizada, a fantasia, o recalque originário, passando pela crítica ao desvio biologizante na teoria da sexualidade, foi, acima de tudo, ressaltar a afirmação do papel fundamental do outro na constituição do sujeito do inconsciente, logo, para a própria compreensão de homem.

² Em espanhol no original: "Lei particular de um Estado".

Um homem constituído na e pela alteridade, mas, contudo, atravessado pela ambivalência, isto é, pela oposição amor-ódio, também constitutiva, na relação com outro. Essa ambivalência representada no inconsciente tanto pela identificação quanto pelo desejo de aniquilação de outrem. Tal contradição, pode-se dizer, firmada, desde o início, no conjunto de representações, recordações e afetos em jogo na relação criança/adulto, consubstancial à própria constituição psicosexual da criança, podendo reverberar, conseqüentemente, por toda sua vida, em todas as suas relações, inclusive nas sociais.

5 CONCLUSÃO

O discurso e as práticas individualizantes constituem uma forma específica de subjetivação que propugna um indivíduo investido de toda liberdade e poder e a negação do outro pela afirmação de si mesmo. Repercute, dentre outras coisas, no apelo à formação intrapsíquica primitiva inconsciente do eu ideal, afastando-se do ideal do eu. Seus efeitos, ao mesmo tempo, ocultam e reforçam a impotência do sujeito e a desmobilização da sociedade, enfraquecendo os elos que vinculam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas.

Por essa via, há a omissão das contradições de ordem sistêmica, que são imputadas à inadequação do indivíduo destituído dos veículos de participação política e de produção cultural públicos e coletivos, fadado, por isso mesmo, a travar uma luta solitária. Como resultado, nós nos defrontamos com um cenário de apatia política, privatização do espaço público e obliteração dos laços sociais.

Diante deste quadro, a seguinte pergunta se impõe: é factível uma efetiva ação política pela via da psicanálise, ou seu âmbito de ação está adstrito à investigação do significado inconsciente das palavras, ações e produções imaginárias; à psicoterapia ou a um corpo teórico eminentemente solipsistas?

Não nos referimos à militância político-partidária, mas à ação, seja na esfera teórica, clínica ou institucional, que, para além da circunscrição às questões estritamente subjetivas, possa incidir também sobre as inserções do sujeito nas questões sociais, políticas e econômicas que o condicionam.

Sob essa perspectiva, uma mirada psicanalítica sobre o processo de individualização, não como teoria política ou militância partidária, mas com notáveis efeitos políticos, passa pela desconstrução do discurso individualizante. Desconstruí-lo, antes de tudo, requer a identificação dos enunciados que o compõem, suas formas de circulação, objetos, conceitos, as temáticas individuais e sociais que redundam no seu *modus vivendi* peculiar. Ainda mais especificamente na esfera psicanalítica, deslindar como determinadas condições de existência são produzidas e sedimentadas mediante uma lógica discursiva que, afora outros veículos, formas, instrumentos e instâncias, invoca conteúdos inconscientes recalcados no intuito de se estabelecer e perpetuar.

A teoria de Laplanche, sem querer lhe atribuir qualquer sentido ou significado não pretendido pelo autor, pode apontar um caminho psicanalítico para a desconstrução da lógica discursiva e da prática individualizante, notadamente por propor que somos operados por um

conjunto de causas enigmáticas que definem o nosso descentramento primordial e insistir no “posicionamento ontológico e epistemológico que reconhece a alteridade como aspecto fundamental da subjetividade” (CAMPOS, 2012, p. 34).

Assim orientada, a psicanálise diminuiria, talvez, a perplexidade sociológica manifesta por Bauman relativa ao desvio de foco, de energia; ao mascaramento das causas, das fontes originais dos nossos desconfortos, riscos e ansiedades da vida e da nossa circunscrição à esfera do privado e do “ser subjetivo”. Sem dúvida, a intervenção psicanalítica pode evidenciar, para além da influência consciente, da percepção objetiva de determinada realidade social ou sociológica, uma marca do inconsciente no processo de individualização.

A efetividade do discurso individualizante, não obstante os aparatos de propagação ideológica, pressupõe a ação de uma força, uma ascendência anterior e não determinada pelos poderes constituídos em fluxo na sociedade, a saber: o inconsciente recalcado, constituído na primeira infância. A psicanálise, por sua vez, não se limita à identificação, descrição e busca de causas para o estabelecimento de entidades nosológicas relativas ao psíquico, mas pode atuar no sentido de identificar e desconstruir formas de subjetivação que alienam e apartam o indivíduo dos laços sociais, da dimensão do outro, da luta coletiva e acabam por gerar sofrimentos psíquicos consubstanciais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 258p.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 258p.
- CAMPOS, Érico Bruno Viana. *Os fundamentos da Constituição subjetiva segundo Laplanche*, São Paulo, 22(55), p. 21 — 34, set-dez. 2012.
- FOUAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 254p.
- FREUD, Sigmund. O eu e o isso In: *O eu e o isso e outros trabalhos (1923 — 1925)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 15 — 77. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 19).
- _____. Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise In: *Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos (1932 — 1936)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 13 — 155. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 09)
- _____. Psicologia de grupo e a análise do eu In: *Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos (1920 — 1922)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 79 -145. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 18).
- _____. *Sobre o narcisismo: uma introdução* In: *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914 — 1916)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 81 — 108. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 14).
- _____. Totem e tabu In: *Totem e tabu e outros trabalhos (1913 — 1914)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 13 -163. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 08).
- LAPLANCHE, Jean. *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 174p.
- _____. *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 102p.
- _____. *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 125p.
- LAPLANCHE E PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 552p.
- MEZAN, Renato. *O tronco e os ramos*. 1º ed. São Paulo: Companhia da Letras., 2014. 623p.

MIJOLLA. Eu ideal. In: Dicionário internacional da psicanálise. 4º ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005. p. 644.

ROUDINESCO E PLON. Ideal do eu. In: Dicionário de Psicanálise. 4º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 362.